



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 015/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026**

1 - O **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS/MG**, através deste procedimento, em conformidade com a Lei nº 14.133/21, e suas alterações, e do Decreto nº 1.253, de 06 de março de 2023, torna pública a realização de **EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE LANCHES COMPLETOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento de prestadores de serviços, pessoas jurídicas, para **FORNECIMENTO DE LANCHES COMPLETOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

2. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

2.1. Os interessados no credenciamento de que trata este edital deverão apresentar requerimento próprio à Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, acompanhado dos seguintes documentos:

2.1.1. DA HABILITAÇÃO FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;
- c) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa;
- d) Da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

2.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Documento de Identificação válido em Território Nacional do representante legal da empresa;
- b) Cópia do Registro comercial, no caso de empresa individual; **OU**
- c) Cópia do Ato constitutivo, estatuto, contrato social e alterações em vigor ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso



de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; **OU**

d) Cópia do Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata da empresa expedida pelo distribuído da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, datada de no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para a realização da sessão pública do Pregão; **OU**

b) A empresa licitante, submetida a processo de recuperação judicial, deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira para assumir o contrato e, neste aspecto, apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique encontrar-se apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal. (Modelo do Anexo II).

b) Declaração de atendimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social. (Modelo do Anexo II). – **Quando Aplicável.**

c) declaração de não parentesco (Modelo do Anexo II)

c) Solicitação de Credenciamento. (Modelo do Anexo III)

d) **ALVARÁ SANITÁRIO.**

2.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

3. DO CREDENCIAMENTO

1.1. Estarão credenciados todos os licitantes que cumprirem as condições de habilitação estipuladas na cláusula segunda deste Edital.

2. HIPÓTESES DE DESCRENCIAMENTO

4.1. Serão descredenciados os licitantes que:

4.1.1. Descumprirem quaisquer das cláusulas estipuladas no Termo de Credenciamento a ser celebrado.

4.1.2. Não mantiverem as condições de habilitação exigidas para o credenciamento.



5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1. Não poderão ser credenciadas empresas declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública ou suspensas temporariamente pela Administração Municipal.

5.2. É vedado a participação de empresas em consórcio.

6. DO RECURSO

6.1. Contra o deferimento ou indeferimento do credenciamento, caberá recurso dirigido, por intermédio da comissão julgadora do credenciamento, após juízo de reconsideração, ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

6.2. O recurso, sob pena de inadmissibilidade, deverá ser interposto no prazo de 03 (três) dias úteis contados da decisão recorrida.

6.3. Para efeitos de contagem do prazo previsto no item anterior, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

6.4. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia que não houver expediente na repartição competente ou se este se encerrar mais cedo do que de costume.

7. DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Os deferimentos de credenciamento serão submetidos à homologação pela Secretaria de Administração e Planejamento.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os credenciados receberão pela prestação dos serviços os valores descritos no Anexo II deste edital.

8.2. Os credenciados atenderão o Município em sistema de rodízio ou por disponibilidade em atender a demanda, mediante prévia solicitação das Secretarias Municipais.

8.3. A administração pública receberá o rodízio em ordem cronológica de credenciamento.

8.4 A secretaria solicitante deverá consultar a disponibilidade do credenciado em prestar o serviço. Caso não haja disponibilidade, deverá ser consultado o próximo da ordem cronológica.

9. DA RESCISÃO



9.1. O presente TERMO poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas atinentes a este processo correrão às contas das seguintes dotações orçamentárias específicas do orçamento de 2026 e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente:

| Classificação Orçamentária | | Ficha Orçamentária |
|----------------------------|--------------|--------------------|
| 02.01.01.04.122.0402.2010 | 3.3.90.30.00 | Ficha 78 |
| 02.01.01.04.122.0402.2011 | 3.3.90.30.00 | Ficha 84 |
| 02.01.03.04.122.0406.2014 | 3.3.90.30.00 | Ficha 101 |
| 02.02.01.04.122.0401.2015 | 3.3.90.30.00 | Ficha 114 |
| 02.03.01.04.123.0403.2017 | 3.3.90.30.00 | Ficha 129 |
| 02.04.01.12.122.1201.2019 | 3.3.90.30.00 | Ficha 146 |
| 02.04.01.12.306.1205.2031 | 3.3.90.32.00 | Ficha 153 |
| 02.04.01.12.361.1202.2021 | 3.3.90.30.00 | Ficha 163 |
| 02.04.01.12.361.1206.2022 | 3.3.90.30.00 | Ficha 175 |
| 02.04.01.12.362.1207.2034 | 3.3.90.30.00 | Ficha 180 |
| 02.04.01.12.364.1208.2036 | 3.3.90.30.00 | Ficha 192 |
| 02.04.01.12.365.1203.2219 | 3.3.90.30.00 | Ficha 204 |
| 02.04.01.12.365.1203.2220 | 3.3.90.30.00 | Ficha 213 |
| 02.04.01.12.367.1209.2227 | 3.3.90.30.00 | Ficha 220 |
| 02.04.02.12.361.1202.2026 | 3.3.90.30.00 | Ficha 230 |
| 02.04.02.12.365.1203.2223 | 3.3.90.30.00 | Ficha 238 |
| 02.04.02.12.365.1203.2224 | 3.3.90.30.00 | Ficha 245 |
| 02.05.01.10.122.1002.2037 | 3.3.90.30.00 | Ficha 254 |
| 02.05.01.10.122.1002.2049 | 3.3.90.30.00 | Ficha 261 |
| 02.05.01.10.301.1001.2038 | 3.3.90.30.00 | Ficha 270 |
| 02.05.01.10.301.1001.2039 | 3.3.90.30.00 | Ficha 286 |
| 02.05.01.10.301.1001.2040 | 3.3.90.30.00 | Ficha 298 |
| 02.05.01.10.301.1001.2041 | 3.3.90.30.00 | Ficha 309 |
| 02.05.01.10.301.1001.2234 | 3.3.90.30.00 | Ficha 319 |
| 02.05.01.10.302.1001.2045 | 3.3.90.30.00 | Ficha 336 |
| 02.05.01.10.302.1001.2097 | 3.3.90.30.00 | Ficha 346 |
| 02.05.01.10.302.1001.2248 | 3.3.90.30.00 | Ficha 358 |
| 02.05.01.10.303.1001.2046 | 3.3.90.30.00 | Ficha 370 |
| 02.05.01.10.304.1003.2047 | 3.3.90.30.00 | Ficha 385 |
| 02.05.01.10.305.1003.1074 | 3.3.90.30.00 | Ficha 391 |
| 02.05.01.10.305.1003.2048 | 3.3.90.30.00 | Ficha 400 |
| 02.05.01.10.306.1003.2216 | 3.3.90.30.00 | Ficha 409 |
| 02.06.01.08.122.0401.2050 | 3.3.90.30.00 | Ficha 421 |
| 02.06.01.11.334.1101.2102 | 3.3.90.30.00 | Ficha 436 |
| 02.06.02.08.241.0801.2055 | 3.3.90.30.00 | Ficha 444 |
| 02.06.02.08.244.0801.2239 | 3.3.90.30.00 | Ficha 469 |
| 02.06.03.14.243.1401.2061 | 3.3.90.30.00 | Ficha 491 |



| | | |
|---------------------------|--------------|-----------|
| 02.06.03.14.243.1401.2062 | 3.3.90.30.00 | Ficha 497 |
| 02.06.05.13.391.1302.1073 | 3.3.90.30.00 | Ficha 505 |
| 02.06.05.13.391.1302.2226 | 3.3.90.30.00 | Ficha 509 |
| 02.06.05.13.392.1301.2064 | 3.3.90.30.00 | Ficha 520 |
| 02.06.05.13.392.1301.2065 | 3.3.90.30.00 | Ficha 525 |
| 02.06.06.23.695.2301.2096 | 3.3.90.30.00 | Ficha 536 |
| 02.07.01.20.122.2001.2075 | 3.3.90.30.00 | Ficha 550 |
| 02.07.01.20.605.2002.1064 | 3.3.90.30.00 | Ficha 556 |
| 02.07.01.20.605.2002.2230 | 3.3.90.30.00 | Ficha 560 |
| 02.07.01.20.606.2001.2231 | 3.3.90.30.00 | Ficha 570 |
| 02.07.01.20.606.2002.2232 | 3.3.90.30.00 | Ficha 579 |
| 02.07.02.18.541.1801.2070 | 3.3.90.30.00 | Ficha 588 |
| 02.07.02.18.541.1801.2217 | 3.3.90.30.00 | Ficha 592 |
| 02.08.01.15.122.1502.2077 | 3.3.90.30.00 | Ficha 620 |
| 02.08.01.15.451.1501.1040 | 3.3.90.30.00 | Ficha 598 |
| 02.08.01.15.451.1501.2076 | 3.3.90.30.00 | Ficha 613 |
| 02.08.01.15.451.1501.2091 | 3.3.90.30.00 | Ficha 624 |
| 02.08.02.26.782.2601.1102 | 3.3.90.30.00 | Ficha 628 |
| 02.08.02.26.782.2601.2079 | 3.3.90.30.00 | Ficha 637 |
| 02.08.02.26.782.2601.2080 | 3.3.90.30.00 | Ficha 641 |
| 02.08.02.26.782.2601.2212 | 3.3.90.30.00 | Ficha 642 |
| 02.08.03.17.512.1701.1043 | 3.3.90.30.00 | Ficha 652 |
| 02.08.03.17.512.1701.2078 | 3.3.90.30.00 | Ficha 657 |
| 02.08.03.17.512.1701.2250 | 3.3.90.30.00 | Ficha 661 |
| 02.09.01.27.122.2701.2068 | 3.3.90.30.00 | Ficha 671 |
| 02.09.01.27.812.2701.2069 | 3.3.90.30.00 | Ficha 679 |
| 02.10.01.06.181.0601.2083 | 3.3.90.30.00 | Ficha 705 |
| 02.10.01.06.181.0601.2084 | 3.3.90.30.00 | Ficha 711 |
| 02.10.01.06.181.0601.2085 | 3.3.90.30.00 | Ficha 717 |
| 02.10.01.06.181.0601.2086 | 3.3.90.30.00 | Ficha 722 |

11. DAS SANÇÕES

11.1. O Credenciado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A sanção prevista na letra “a” do item 11.2 (advertência) será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 13.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5. A sanção prevista na letra “b” do item 11.2 (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 11.1 deste contrato, nos seguintes termos:

- a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;
- c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.



11.6. A sanção prevista na letra “c” do item 11.2 (impedimento de licitar e contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7. A sanção prevista na “d” do item 11.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 11.1 deste contrato, bem como pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 11.1 deste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista na letra “c” do item 11.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8. A sanção estabelecida na letra “d” do item 11.2 (declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal.

11.9. As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 11.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do item 11.2 (multa) deste contrato.

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11. A aplicação das sanções previstas no item 11.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12. Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 11.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.13. A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 11.2 Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.14. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá



apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.15. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.16. As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do chamamento público obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site <https://www.bonfinopolis.mg.gov.br/editais2026>, bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

12.2. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail: licitabonfinopolis@gmail.com.

12.3. As respostas às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail, ou disponibilizada no site <https://www.bonfinopolis.mg.gov.br/editais2026>, ficando acessíveis a todos os interessados.

12.4. A Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas - MG poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

12.5. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Licitação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6. A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DESTA LICITAÇÃO NÃO IMPLICARÁ DIREITO À CONTRATAÇÃO.

12.7. As normas disciplinadoras do processo licitatório serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13. RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Solicitação de Credenciamento e Declarações;

Anexo III - Minuta do Contrato/Termo de Credenciamento.



PREFEITURA DE
BONFINÓPOLIS
DE MINAS
ADMINISTRAÇÃO | 2025/2028

NOSSO POVO
EM PRIMEIRO
LUGAR

Bonfinópolis de Minas-MG, 19 de fevereiro de 2026.

Guilherme Franklin De Carvalho Santos
Secretário Municipal De Administração E Planejamento



ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO - CONTRATO NºXX/2026

Pelo presente instrumento particular, **O MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Argemiro Borges da Silva, nº 870, Centro, Bonfinópolis de Minas - Minas Gerais, CEP. 38.650-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.125.138/0001-82, neste ato representado pelo seu atual Prefeito, Sr. **MANOEL DA COSTA LIMA**, brasileiro, agente político, portador da RG nº XXXXXX e CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade de Bonfinópolis de Minas- Minas Gerais, CEP. 38.650-000, doravante denominado CREDENCIANTE e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº _____, estabelecida na _____, no _____, bairro _____, cidade de _____, neste ato representado por _____, doravante denominada simplesmente CREDENCIADO(A), acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente instrumento, o credenciamento de prestadores de serviços, pessoas jurídicas, para **PARA FORNECIMENTO DE LANCHES COMPLETOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Pela prestação dos serviços, a Credenciada receberá os seguintes valores:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT | UN | VLR. UNIT |
|------|--|-------|----|-----------|
| 01 | SALGADOS EM GERAL – VARIADOS TIPO COXINHA DE FRANGO, CATUPIRY, QUEIJO E MUSSARELA; EMPADINHA; QUIBE; PASTELZINHO | CENTO | x | x |
| 02 | BISCOITOS EM GERAL – DIVERSOS – TIPO PAO DE QUEIJO; BISCOITO DE QUEIJO; BISCOITO DE POLVILHO; BROA | KG | x | x |
| 03 | SUCO 1 LITRO – SABOR DIVERSO – CAIXINHA | UM | x | x |
| 04 | REFRIGERANTE SABOR DIVERSO 2 LITROS | UM | x | x |

2.2. O valor estimado será rateado igualitariamente entre todos os credenciados.



2.3. À **CONTRATANTE** se reserva o direito de a seu exclusivo juízo, utilizar ou não a totalidade da verba prevista para a execução dos serviços.

2.4. Efetuar o pagamento da seguinte forma:

2.4.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela credenciada em sua proposta, no prazo de 15 (quinze) dias corridos em favor da MPEs e 30 (trinta) dias corridos para as médias e grandes empresas, da data do recebimento definitivo, com base nas Notas Fiscais, devidamente conferidas e aprovadas pelo Contratante.

2.4.2. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo fiscal do Termo de Credenciamento.

2.4.3. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à Credenciada e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pela Contratante.

2.4.4. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da Credenciada, o número da ordem de execução de serviços e o número do empenho, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da Credenciada.

2.4.5. Sobre o valor devido à credenciada, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

2.4.6. Quanto ao ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar no 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

2.4.7. É vedado à credenciada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Termo de Credenciamento.

2.4.8. Deverão ser realizadas compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA, PRAZO E LOCAL

3.1. O fornecimento dos itens adquiridos será definido conforme NAF ou empenho informado pela Secretaria de Administração.

3.2. Só serão aceitos os produtos de boa qualidade que contenham os padrões de segurança que atendam às exigências legais estabelecidas para as espécies e pelos demais órgãos competentes.

3.3. Os objetos adquiridos deverão ser entregues no tempo máximo de 2 (duas) horas no local indicado pela Secretaria de Administração.

3.4. O estabelecimento da Contratada para fornecimento dos objetos deverá ser localizado dentro do município de Bonfinópolis de Minas. Serão aceitos também, estabelecimentos



num raio máximo de 60 (sessenta) quilômetros da sede do Município, desde que os custos não sejam de responsabilidade da administração.

3.5. As normas de segurança alimentar dos objetos perecíveis deverão ser rigorosamente cumpridas pela Promitente Fornecedora.

3.6. Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a CONTRATADA a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.7. Todos os objetos deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

4.1. O presente TERMO poderá ser rescindido na forma do disposto nos artigos 137 a 139, da Lei Federal no 14.133/2021, sem prejuízo às sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Obrigações da CONTRATADA

- a) Executar os serviços segundo as especificações e determinações da Administração;
- b) Dar à Administração ciência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas de correção.
- c) Prestar com pontualidade os serviços solicitados, em observação estrita do prazo de entrega dos objetos.
- d) A empresa credenciada obriga-se em caso de qualquer impedimento, a providenciar a realização do serviço, ficando de tal modo convencionado que, em nenhuma hipótese, o serviço deixará de ser realizado na forma estabelecida.
- f) A empresa credenciada assume a integral responsabilidade por danos causados a Prefeitura Municipal ou a terceiros decorrentes da prestação de serviço;

5.2. Obrigações da Contratante

- a. Emitir os comunicados solicitando os serviços.
- b. Fazer o controle dos serviços prestados, por hora efetivamente trabalhada.
- c. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DAS CONDIÇÕES DE ASSINATURA DO TERMO



6.1. A vigência deste Termo tem início a partir da data de sua assinatura e vigorá **por 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A eficácia deste instrumento está vinculada à publicação do extrato na imprensa oficial e no site da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, sendo esta de responsabilidade do Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas deste Termo de Credenciamento correrão às contas das seguintes dotações orçamentárias específicas do orçamento de 2026 e pelas suas correspondentes para o exercício subsequente:

| Classificação Orçamentária | | Ficha Orçamentária |
|----------------------------|--------------|--------------------|
| 02.01.01.04.122.0402.2010 | 3.3.90.30.00 | Ficha 78 |
| 02.01.01.04.122.0402.2011 | 3.3.90.30.00 | Ficha 84 |
| 02.01.03.04.122.0406.2014 | 3.3.90.30.00 | Ficha 101 |
| 02.02.01.04.122.0401.2015 | 3.3.90.30.00 | Ficha 114 |
| 02.03.01.04.123.0403.2017 | 3.3.90.30.00 | Ficha 129 |
| 02.04.01.12.122.1201.2019 | 3.3.90.30.00 | Ficha 146 |
| 02.04.01.12.306.1205.2031 | 3.3.90.32.00 | Ficha 153 |
| 02.04.01.12.361.1202.2021 | 3.3.90.30.00 | Ficha 163 |
| 02.04.01.12.361.1206.2022 | 3.3.90.30.00 | Ficha 175 |
| 02.04.01.12.362.1207.2034 | 3.3.90.30.00 | Ficha 180 |
| 02.04.01.12.364.1208.2036 | 3.3.90.30.00 | Ficha 192 |
| 02.04.01.12.365.1203.2219 | 3.3.90.30.00 | Ficha 204 |
| 02.04.01.12.365.1203.2220 | 3.3.90.30.00 | Ficha 213 |
| 02.04.01.12.367.1209.2227 | 3.3.90.30.00 | Ficha 220 |
| 02.04.02.12.361.1202.2026 | 3.3.90.30.00 | Ficha 230 |
| 02.04.02.12.365.1203.2223 | 3.3.90.30.00 | Ficha 238 |
| 02.04.02.12.365.1203.2224 | 3.3.90.30.00 | Ficha 245 |
| 02.05.01.10.122.1002.2037 | 3.3.90.30.00 | Ficha 254 |
| 02.05.01.10.122.1002.2049 | 3.3.90.30.00 | Ficha 261 |
| 02.05.01.10.301.1001.2038 | 3.3.90.30.00 | Ficha 270 |
| 02.05.01.10.301.1001.2039 | 3.3.90.30.00 | Ficha 286 |
| 02.05.01.10.301.1001.2040 | 3.3.90.30.00 | Ficha 298 |
| 02.05.01.10.301.1001.2041 | 3.3.90.30.00 | Ficha 309 |
| 02.05.01.10.301.1001.2234 | 3.3.90.30.00 | Ficha 319 |
| 02.05.01.10.302.1001.2045 | 3.3.90.30.00 | Ficha 336 |
| 02.05.01.10.302.1001.2097 | 3.3.90.30.00 | Ficha 346 |
| 02.05.01.10.302.1001.2248 | 3.3.90.30.00 | Ficha 358 |
| 02.05.01.10.303.1001.2046 | 3.3.90.30.00 | Ficha 370 |
| 02.05.01.10.304.1003.2047 | 3.3.90.30.00 | Ficha 385 |
| 02.05.01.10.305.1003.1074 | 3.3.90.30.00 | Ficha 391 |
| 02.05.01.10.305.1003.2048 | 3.3.90.30.00 | Ficha 400 |
| 02.05.01.10.306.1003.2216 | 3.3.90.30.00 | Ficha 409 |
| 02.06.01.08.122.0401.2050 | 3.3.90.30.00 | Ficha 421 |



| | | |
|---------------------------|--------------|-----------|
| 02.06.01.11.334.1101.2102 | 3.3.90.30.00 | Ficha 436 |
| 02.06.02.08.241.0801.2055 | 3.3.90.30.00 | Ficha 444 |
| 02.06.02.08.244.0801.2239 | 3.3.90.30.00 | Ficha 469 |
| 02.06.03.14.243.1401.2061 | 3.3.90.30.00 | Ficha 491 |
| 02.06.03.14.243.1401.2062 | 3.3.90.30.00 | Ficha 497 |
| 02.06.05.13.391.1302.1073 | 3.3.90.30.00 | Ficha 505 |
| 02.06.05.13.391.1302.2226 | 3.3.90.30.00 | Ficha 509 |
| 02.06.05.13.392.1301.2064 | 3.3.90.30.00 | Ficha 520 |
| 02.06.05.13.392.1301.2065 | 3.3.90.30.00 | Ficha 525 |
| 02.06.06.23.695.2301.2096 | 3.3.90.30.00 | Ficha 536 |
| 02.07.01.20.122.2001.2075 | 3.3.90.30.00 | Ficha 550 |
| 02.07.01.20.605.2002.1064 | 3.3.90.30.00 | Ficha 556 |
| 02.07.01.20.605.2002.2230 | 3.3.90.30.00 | Ficha 560 |
| 02.07.01.20.606.2001.2231 | 3.3.90.30.00 | Ficha 570 |
| 02.07.01.20.606.2002.2232 | 3.3.90.30.00 | Ficha 579 |
| 02.07.02.18.541.1801.2070 | 3.3.90.30.00 | Ficha 588 |
| 02.07.02.18.541.1801.2217 | 3.3.90.30.00 | Ficha 592 |
| 02.08.01.15.122.1502.2077 | 3.3.90.30.00 | Ficha 620 |
| 02.08.01.15.451.1501.1040 | 3.3.90.30.00 | Ficha 598 |
| 02.08.01.15.451.1501.2076 | 3.3.90.30.00 | Ficha 613 |
| 02.08.01.15.451.1501.2091 | 3.3.90.30.00 | Ficha 624 |
| 02.08.02.26.782.2601.1102 | 3.3.90.30.00 | Ficha 628 |
| 02.08.02.26.782.2601.2079 | 3.3.90.30.00 | Ficha 637 |
| 02.08.02.26.782.2601.2080 | 3.3.90.30.00 | Ficha 641 |
| 02.08.02.26.782.2601.2212 | 3.3.90.30.00 | Ficha 642 |
| 02.08.03.17.512.1701.1043 | 3.3.90.30.00 | Ficha 652 |
| 02.08.03.17.512.1701.2078 | 3.3.90.30.00 | Ficha 657 |
| 02.08.03.17.512.1701.2250 | 3.3.90.30.00 | Ficha 661 |
| 02.09.01.27.122.2701.2068 | 3.3.90.30.00 | Ficha 671 |
| 02.09.01.27.812.2701.2069 | 3.3.90.30.00 | Ficha 679 |
| 02.10.01.06.181.0601.2083 | 3.3.90.30.00 | Ficha 705 |
| 02.10.01.06.181.0601.2084 | 3.3.90.30.00 | Ficha 711 |
| 02.10.01.06.181.0601.2085 | 3.3.90.30.00 | Ficha 717 |
| 02.10.01.06.181.0601.2086 | 3.3.90.30.00 | Ficha 722 |

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. A Prefeitura se reserva o direito de, em qualquer ocasião, fazer, nos termos da Lei, alterações que impliquem em redução ou aumento de serviço, objeto desta licitação;

8.2. Somente serão reconhecidas como alterações de serviço, aquelas autorizadas pela Administração, por escrito.

CLÁUSULA NONA - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO



9.1.O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terá como responsáveis:

GESTORES DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

Nome: ADRIANA ANUNCIAÇÃO BORBA

Cargo: Auxiliar administrativo

Matricula: 2204-8

Email: comprasbonfinopolis@gmail.com

Nome: GUILHERME FRANKLIN DE CARVALHO SANTOS

Cargo: Secretário de Administração

Matricula: 2373-8

Email: comprasbonfinopolis@gmail.com

FISCAL DO TERMO DE CREDENCIAMENTO:

Nome: THIAGO BEZERRA BORBA

Cargo: Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente

Matricula: 654

Email: thiagoborba37@gmail.com

Nome: NILVESIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO

Cargo: Secretária de Saúde

Matricula: 1005

Email: nilvesia@yahoo.com.br

Nome: EMILIA LUIZ DOS SANTOS GONTIJO

Cargo: Secretária de Educação

Matricula: 1585

Email: semed@educacao.bonfinopolis.mg.gov.br

Nome: RENATO VANTUIR TAVARES

Cargo: Secretário de Fazenda

Matricula: 2369

Email: fazenda.bonfinopolis@gmail.com

Nome: DEYLES DA SILVA PALMA

Cargo: Secretária de Assistência Social

Matricula: 2593

Email: pref.acaosocial@bonfinopolis.mg.gov.br

Nome: JOSE DOS REIS DOMINGOS SILVA

Cargo: Secretário de Esportes

Matricula: 2634



Email: zedosreis2011@hotmail.com

9.2 A fiscalização da entrega do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos presentes no local de entrega certificado em nota, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

9.3. O profissional designado tem a incumbência de:

- a) Conferir qualitativa e quantitativamente os objetos, recusando-os caso não estejam de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência;
- b) Proceder de forma criteriosa a sua conferência e recebimento;
- c) Fornecer ao prestador qualquer tipo de esclarecimento quanto à característica, quantidade ou qualidade dos itens/materiais contratados/adquiridos;
- d) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- e) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

9.4. O prestador ficará sujeito a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pela Administração.

9.5. A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade do prestador para outras pessoas e/ou entidades.

9.6. A fiscalização acima mencionada não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade do Município de Bonfinópolis de Minas – MG.

9.7. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

9.8. Todas as ordens de serviços, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a fiscalização e o Credenciado serão feitas por escrito, nas ocasiões devidas, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

9.9. Das decisões da fiscalização poderá o Credenciado recorrer à Contratante, no prazo de cinco dias úteis, sem efeito suspensivo.



CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

10.1. A recomposição do preço do Termo de Credenciamento observará a Lei 14.133/2021.

10.2. Os reajustes e repactuações serão efetuadas com base em índices setoriais oficiais ou composição de custos, correlacionados aos materiais e/ou serviços utilizados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos os materiais e/ou serviços, ou, ainda, na falta de qualquer índice setorial, servirá como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE. Os reajustes poderão ser aplicados a qualquer época da vigência do Termo de Credenciamento, atendida sempre a menor periodicidade estabelecida em lei que, no momento é de doze meses a contar do mês de assinatura deste Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento de quaisquer das cláusulas ou obrigações diretas ou indiretas decorrentes do edital e seus anexos poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos artigos 155, 156 e 162 da Lei Federal nº 14.133/2021 ao credenciado, regulamentados no Decreto nº 1.253, de 06 de março de 2023.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A inobservância de qualquer cláusula, condições ou obrigações do presente Termo de Credenciamento importará na sua imediata rescisão, de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial.

12.2. Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente termo, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.

12.3. A Credenciada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente Termo de Credenciamento, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

12.4. Todas as condições e exigências que constam do Edital de Credenciamento nº 010/2026, fazem parte integrante do presente Termo de Credenciamento, como se aqui estivessem transcritos.

12.5. Fica eleito o foro da Comarca de Bonfinópolis de Minas/MG para a solução de qualquer litígio oriundo do presente Termo de Credenciamento.



12.6. E por estarem assim, justas e acordes, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor para um só efeito, comprometendo-se a cumpri-lo, em todas as cláusulas e condições.

Bonfinópolis de Minas, ____ de _____ de 2026.

Pelo CREDENCIANTE
Manoel da Costa Lima - Prefeito

Pela CREDENCIADA